

**XXXII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI SÃO PAULO - SP**

CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL II

MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH

ROGERIO LUIZ NERY DA SILVA

JÉSSICA PASCOAL SANTOS ALMEIDA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

C928

Criminologias e política criminal II[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Rogerio Luiz Nery Da Silva, Jéssica Pascoal Santos Almeida – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-346-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Criminologias. 3. Política criminal. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL II

Apresentação

O Grupo de Trabalho Criminologias e Política Criminal II, realizado em 28 de novembro de 2025, no XXXII Congresso Nacional do CONPEDI em São Paulo, reafirmou-se como um espaço privilegiado para a produção científica crítica voltada aos desafios estruturais da política criminal brasileira. Os estudos reunidos nestes anais dialogam com perspectivas contemporâneas das criminologias, da política criminal comparada, dos direitos humanos e das abordagens críticas do sistema penal.

O artigo de Gabryella Moreira Amaral dos Santos, Cláudio Santos Barros e Monique Leray Costa examina a educação superior como ferramenta de reintegração social de pessoas privadas de liberdade, com ênfase no ENEM PPL, demonstrando que, embora o exame represente avanço normativo e institucional, a efetivação do direito à educação ainda esbarra em obstáculos estruturais, burocráticos e subjetivos que comprometem a permanência estudantil e a reinserção social, exigindo políticas públicas continuadas.

O estudo de Maria Fernanda Goes Lima Santos, Maria Celia Ferraz Roberto da Silveira e Cristiana Hamdar Ribeiro Rodrigues analisa a remição compensatória à luz do controle de convencionalidade, especialmente após o caso Plácido de Sá Carvalho vs. Brasil e a ADPF 347, demonstrando que, diante das condições desumanas do sistema prisional, o cômputo em dobro da pena constitui mecanismo compatível com as normas internacionais e essencial à efetivação dos direitos humanos.

A pesquisa de Luana de Miranda Santos e Nathaliany T. Miranda e Sousa investiga, com base na Teoria da Associação Diferencial de Sutherland, como a seletividade penal favorece a impunidade da criminalidade econômica organizada, analisando o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC) e demonstrando que a resposta estatal permanece assimétrica, mais rigorosa com crimes comuns e deficiente diante das complexas infiltrações da organização criminoso na economia formal.

O artigo de Nadine Hora Costa da Silva e Daniela Carvalho Almeida da Costa aborda os impactos da Resolução nº 487/2023 do CNJ, avaliando sua capacidade de romper com a lógica manicomial dos Hospitais de Custódia e de instituir um modelo de cuidado em

liberdade articulado com a Rede de Atenção Psicossocial, concluindo que o normativo representa inflexão paradigmática, embora dependa de condições estruturais e intersetoriais para alcançar efetividade plena.

A pesquisa de Dhyane Cristina Oro e Plínio Antônio Britto Gentil problematiza a relação entre a negativa de instauração do incidente de insanidade mental e o Acordo de Não Persecução Penal, argumentando que a busca por celeridade não pode suprimir garantias fundamentais, sobretudo para acusados hipervulneráveis, defendendo a necessidade de mecanismos que evitem que o ANPP se torne instrumento de injustiça em fases embrionárias da persecução penal.

O estudo de Analyz Marques Silva, Sergio Lima dos Anjos Virtuoso e Lucas Lima dos Anjos Virtuoso analisa o caso Hytalo Santos para discutir como a cultura do cancelamento e a atuação de influenciadores digitais tensionam o processo penal, criando um tribunal midiático que pressiona o sistema de justiça, fragiliza garantias constitucionais e incentiva um populismo punitivista de massas que compromete a legitimidade das instituições.

A pesquisa de João Pedro Prestes Mietz examina a accountability interna das corregedorias da Polícia Militar, tomando como estudo de caso o 31º BPM de Santa Catarina, demonstrando que a análise da atuação policial depende de perspectivas criminógenas ou vitimológicas e que a compreensão empírica das corregedorias revela nuances frequentemente ignoradas pelo debate público.

O artigo de Peter Gabriel Santos de Souza e Alice Arlinda Santos Sobral discute a fundada suspeita como fundamento jurídico da abordagem policial, analisando legislação comparada e decisões judiciais brasileiras recentes, concluindo que a anulação de prisões decorre menos de restrições normativas e mais de falhas no registro e na justificação da suspeita, propondo aprimoramento técnico e cultural da atividade policial para garantir segurança jurídica e eficiência.

O trabalho de Bibiana Paschoalino Barbosa, Nathalia Gomes Molitor e Luiz Fernando Kazmierczak realiza uma análise crítica da reincidência e dos maus antecedentes à luz da Teoria do Etiquetamento, demonstrando que tais institutos funcionam como estigmas legais que perpetuam exclusão social, reforçam ciclos de criminalização e comprometem um modelo democrático e humanizado de Direito Penal, indicando a necessidade de revisão ou limitação temporal desses mecanismos.

O artigo de Fausy Vieira Salomão e Maria Fernanda Rodrigues da Silveira examina a violência estrutural contra povos indígenas como obstáculo à sustentabilidade, analisando o impacto da tese do marco temporal e da Lei 14.701/2023 no aumento de assassinatos e conflitos territoriais, defendendo que a proteção dos territórios tradicionais constitui elemento central para a preservação da vida, da memória e da justiça socioambiental.

A pesquisa de Arthur Lopes de Valadares Brum e Henrique Abi-Ackel Torres critica a Lei 14.843/2024 à luz da Teoria do Direito Penal do Inimigo, demonstrando que a restrição da saída temporária configura medida de populismo punitivo, aplicando influxos do modelo de Jakobs de forma indiscriminada e incompatível com os princípios da proporcionalidade, da individualização da pena e da ressocialização.

O estudo de João Pedro de Lima, Jodascil Gonçalves Lopes e Davi José Garcia Couto dos Santos analisa os efeitos do tempo processual sobre a seletividade penal, utilizando a metáfora kafkiana para demonstrar como a morosidade processual penaliza desproporcionalmente negros e pobres, transformando a duração do processo em punição antecipada e defesa da necessidade de reformas antirracistas e garantistas.

Por fim, o artigo de Soraya Ferreira Petry articula capitalismo, Escola Positiva e Teoria do Etiquetamento para demonstrar como modelos históricos de controle social legitimaram práticas de estigmatização, argumentando que a categorização de indivíduos como “criminosos natos” perpetua desigualdades estruturais e reforça mecanismos modernos de etiquetamento que demandam revisão crítica.

Cada contribuição, à sua maneira, revela como a criminologia e a política criminal contemporâneas se articulam para compreender fenômenos complexos – desde a produção de provas até a governança policial, desde a execução penal até a regulação tecnológica, passando pela análise crítica da seletividade e das violências estruturais. Estes anais, portanto, não apenas registram os debates travados no GT, mas reafirmam o papel do CONPEDI como espaço de construção de conhecimento sofisticado, plural e comprometido com a efetivação dos direitos fundamentais no âmbito do sistema penal.

Concluindo esta apresentação, salientamos que os textos reunidos nestes anais representam não apenas a pluralidade temática e metodológica do GT Criminologias e Política Criminal II, mas também o compromisso coletivo em produzir conhecimento crítico, socialmente relevante e comprometido com a defesa dos direitos fundamentais. Cada pesquisa aqui apresentada tensiona paradigmas, ilumina contradições do sistema penal e propõe caminhos possíveis para a construção de políticas públicas mais democráticas e racionais. Convidamos,

portanto, o leitor a aprofundar-se nos debates que seguem, certos de que encontrará análises densas, interpretações qualificadas e reflexões que dialogam com os desafios contemporâneos da criminologia e da política criminal no Brasil e na América Latina.

Estes anais são um convite à reflexão, ao diálogo e ao aprimoramento permanente das práticas e saberes que sustentam o campo, reafirmando o papel do CONPEDI como espaço de produção científica rigorosa e crítica.

São Paulo, 28 de novembro de 2025.

Jéssica Pascoal Santos Almeida – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Rogério Luiz Nery Da Silva – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS COMO OBSTÁCULO À SUSTENTABILIDADE: OS IMPACTOS DA TESE DO MARCO TEMPORAL NO NÚMERO DE ASSASSINATOS DE INDÍGENAS NO BRASIL.

STRUCTURAL VIOLENCE AGAINST INDIGENOUS PEOPLES AS AN OBSTACLE TO SUSTAINABILITY: THE IMPACTS OF THE TEMPORAL FRAMEWORK THESIS ON THE NUMBER OF MURDERS OF INDIGENOUS PEOPLE IN BRAZIL.

Fausy Vieira Salomão ¹
Maria Fernanda Rodrigues da Silveira

Resumo

O presente artigo aborda a violência estrutural enfrentada pelos povos indígenas no Brasil, considerando-a obstáculo à sustentabilidade e destacando sua ligação histórica com a luta pela terra, resistência cultural e preservação da natureza. Essa violência não é isolada, mas fruto de um modelo econômico e político que privilegia o capital em detrimento dos direitos humanos dessas populações e do meio ambiente. Desde o período colonial povos originários vêm sendo alvo de genocídio, expulsão territorial e desrespeito à sua existência, e consequentemente degradação ambiental. Tratados internacionais, a Constituição Federal e outras leis reconhecem os direitos desses povos, no entanto a efetividades dessas normas ainda é falha. Assim, o estudo pretende analisar como a violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais compromete a sustentabilidade, com especial atenção ao número de assassinatos de indígenas no Brasil durante a discussão da tese do marco temporal. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa quantitativa, bibliográfica e documental, tendo como escopo artigos científicos, publicações, periódicos jurídicos, doutrina e legislação pertinentes. Especificamente quanto aos povos indígenas, identificou-se que a aprovação da Lei 14.701/2023, tese do Marco Temporal, agravou conflitos, incentivou a violência, gerando aumento contínuo no número de assassinatos, invasões e ameaças, o que agrava a degradação ambiental. Assim, o texto defende que a luta por território é também uma luta pela vida, pela memória, pela identidade e pela justiça social, sendo essencial para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais, Criminologia ambiental, Vitimologia, Povos indígenas, Direitos humanos

Abstract/Resumen/Résumé

The present article addresses the structural violence faced by indigenous peoples in Brazil, considering it an obstacle to sustainability and highlighting its historical connection to the struggle for land, cultural resistance, and nature preservation. This violence is not isolated but is a result of an economic and political model that prioritizes capital over the human rights of

¹ Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal e Criminologia na UEMG Unidade Frutal. Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela UNIVEM Marília. Advogado.

these populations and the environment. Since the colonial period, indigenous peoples have been subjected to genocide, territorial expulsion, and disrespect for their existence, resulting in environmental degradation. International treaties, the Federal Constitution, and other laws recognize the rights of these peoples; however, the effectiveness of these norms is still lacking. This study aims to analyze how violence against indigenous peoples and traditional communities compromises sustainability, with special attention to the number of indigenous murders in Brazil during the discussion of the "marco temporal" thesis. The methodological procedures included quantitative, bibliographic, and documentary research, focusing on scientific articles, publications, legal periodicals, doctrine, and relevant legislation. Specifically regarding indigenous peoples, it was identified that the approval of Law 14,701 /2023, the "Marco Temporal" thesis, exacerbated conflicts, encouraged violence, and generated a continuous increase in the number of murders, invasions, and threats, which aggravates environmental degradation. Thus, the text argues that the struggle for territory is also a struggle for life, memory, identity, and social justice, being essential for sustainability.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Socio-environmental conflicts, Environmental criminology, Victimology, Indigenous peoples, Human rights

INTRODUÇÃO:

No Brasil, existem cerca de 305 povos indígenas, com mais de 274 línguas diferentes. O Censo 2022 sobre os povos indígenas, trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) aponta que a população indígena do país chegou a 1.693.535 pessoas, o que representa 0,83% do total de habitantes.

Conforme o IBGE, pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal. Grande parte dos indígenas do país (44,48%) está concentrada no Norte. São 753.357 indígenas vivendo na região. Em seguida, com o segundo maior número, está o Nordeste, com 528,8 mil, concentrando 31,22% do total do país. Juntas, as duas regiões respondem por 75,71% desse total. As demais têm: Centro-Oeste (11,80% ou 199.912 pessoas indígenas), Sudeste (7,28% ou 123.369) e Sul (5,20% ou 88.097).

Somados, Amazonas e Bahia concentram 42,51% da população indígenas do país. Eles são os estados com maior quantitativo dessa população: 490,9 mil e 229,1 mil, respectivamente. Em seguida, vêm Mato Grosso do Sul (116,3 mil), Pernambuco (106,6 mil) e Roraima (97,3 mil). A maioria da população indígena do país (61,43%) vive nesses cinco estados.

Esses dados revelam que o Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e étnica, contudo tal riqueza tem sido exterminada sob o manto do silenciamento acerca da violências contra as comunidades indígenas no Brasil, violência essa que não é caracterizada como um fenômeno isolado, mas sim uma manifestação estrutural de uma disputa histórica por terra e poder. Esse cenário de conflito, enraizado em séculos de colonização e desigualdade social, intensificou-se nas últimas décadas, expondo a vulnerabilidade de grupos que têm sua existência e cultura diretamente ligadas aos territórios que habitam.

É inegável que as condições de vida desses povos são marcadas por vulnerabilidades, sendo um dos maiores desafios a demarcação de seus territórios e os conflitos com os grandes proprietários de terra. Assim, a luta pelos direitos tem sido uma questão central para os indígenas brasileiros.

A partir daí, levanta-se a hipótese de que a persistência da violência contra os povos indígenas não é um problema isolado, mas uma consequência direta da atuação do Estado que prioriza a expansão do agronegócio e da mineração em detrimento dos direitos humanos e da existência desses povos, perpetuando, assim, a desigualdade e o conflito no campo, o que de modo indireto compromete a sustentabilidade ambiental. Especial atenção é dada aos números da violência contra indígenas durante o período de discussão jurídico-política da tese do marco temporal para demarcação das terras indígenas.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar a relação entre o número de assassinatos de indígenas no Brasil e a discussão da tese do marco temporal a fim de verificar se tal discussão influenciou de algum modo na mortalidade de indígenas. Para isso, o estudo visa aprofundar a compreensão sobre os números, cada vez maiores, da violência contra esses povos ao longo do tempo, articulando-os com a necessidade de políticas públicas eficazes de demarcação e proteção para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Para a consecução do objetivo estabelecido, inicialmente os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como escopo artigos científicos, publicações periódicos jurídicos, doutrina e legislação pertinentes. Em relação à pesquisa quantitativa, buscou-se os dados da violência contra os povos indígenas no Observatório da Violência Contra Os Povos Indígenas do Brasil do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, responsável por publicar anualmente o Relatório da Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil.

1. QUEM SÃO, QUAIS OS DIREITOS A IMPORTÂNCIA DE SE PROTEGER OS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:

O conceito de povos indígenas aplicado internacionalmente e que se encontra amplamente reconhecido – sendo usado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, inclusive – é o dado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais resultado da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho em 7 de junho de 1989.

Sendo entendidos então como povos indígenas na presente pesquisa, e nos termos da Convenção 169 da OIT, aqueles descendem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. Já os povos tradicionais são aqueles cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.

A Convenção 169 da OIT tem sido utilizada em uma série de casos apreciados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos para fundamentar suas decisões, podendo ser destacado os casos *Povo Indígena Kichwa de Sarayaku Vs. Equador*. Mérito e Reparações. Sentença de 27 de junho de 2012. Série C No. 245; *Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs.*

Paraguai. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C No. 214; *Caso Comunidade Garífuna Triunfo de la Cruz e seus membros Vs. Honduras*. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 8 de outubro de 2015. Série C No. 305; *Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros Vs. Brasil*. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 5 de fevereiro de 2018. Série C No. 346, entre outros.

Além de definir os povos indígenas e tradicionais a Convenção 169 da OIT reconhece vários direitos a esses povos. O artigo 2º determina que os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

Além disso, determina que deverão ser adotadas medidas que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições; e que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças sócio - econômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida.

O artigo 3º reconhece que os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação e que não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção. Já o artigo 4º diz que deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos indígenas e comunidades tradicionais e especifica que deverá ser assegurado o gozo sem discriminação dos direitos gerais da cidadania.

Outro importante documento internacional no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas é a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. Ela garante em seu artigo 1º que os indígenas têm direito, a título coletivo ou individual.

Especificamente quanto ao direito à vida, integridade física e segurança pessoal, o art. 7º assim dispõe:

Artigo 7

1. Os indígenas têm direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança pessoal.

2. Os povos indígenas têm o direito coletivo de viver em liberdade, paz e segurança, como povos distintos, e não serão

Há também a Declaração Americana Sobre Os Direitos Dos Povos Indígenas de 2016 que, além de reafirmar vários dispositivos da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, garante em seu artigo XI proteção contra o genocídio e garante que os povos indígenas têm o direito de não ser objeto de forma alguma de extermínio. O artigo XII diz que os povos indígenas têm o direito de não ser objeto de racismo, discriminação racial, xenofobia ou outras formas conexas de intolerância, devendo os Estados adotar as medidas preventivas e corretivas necessárias para a plena e efetiva proteção desse direito.

Garantindo a proteção do meio ambiente aos indígenas, o artigo XIX especifica que os povos indígenas têm direito a viver em harmonia com a natureza e a um meio ambiente sadio, seguro e sustentável, condições essenciais para o pleno gozo do direito à vida, a sua espiritualidade e cosmovisão e ao bem-estar coletivo.

No âmbito do ordenamento jurídico constitucional brasileiro, além dos direitos e garantias fundamentais de todos, reconhece os direitos do povos indígenas no art. 231 que dispõe que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Num país e estado tão diversos em sua composição étnica, racial e cultural, é um grande desafio assegurar direitos para promoção do bem-estar social da população, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com a OEA, os direitos dos povos indígenas constituem um aspecto fundamental e de importância histórica para o presente e o futuro das Américas. Seguindo esse pensamento, a legislação brasileira, ao longo das últimas décadas, evoluiu de uma visão integracionista e tutelar para um arcabouço legal que, ao menos em tese, reconhece a autonomia, a identidade cultural e os direitos territoriais desses grupos.

Destacando a importância dos povos originários para a sustentabilidade e preservação ambiental, o relatório **Tráfico de drogas na Amazônia e efeitos no meio ambiente - uma análise exploratória** realizado pelo Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário afirma que “os povos indígenas e seus territórios têm papel fundamental na preservação da floresta e, nesse sentido, encontram-se também fortemente ameaçados”. Além disso, destaca que

Os povos indígenas são estratégicos no combate às mudanças climáticas, visto que suas práticas agrícolas são adaptáveis a condições extremas e contribuem para a preservação ambiental, baseadas em sua conexão cultural com a natureza. Os sistemas alimentares dos povos indígenas têm o potencial de ampliar a diversidade

alimentícia do mundo e são responsáveis por gerenciar grande parte da biodiversidade do planeta.

[...] Em 2024, em Terras Indígenas, o desmatamento representa apenas 1,3% do desmatamento do Brasil no ano, ou seja, houve redução de mais de 24% no desmatamento em TIs em relação a 2023, dado que evidencia a relevância dos povos indígenas como defensores da floresta.

[...] Diante do contexto de ampliação da intensidade e recorrência de eventos climáticos extremos, é fundamental adotar as perspectivas indígenas sobre uso e manejo de recursos naturais para construir estratégias ecológicas eficazes.

[...] A proteção dos povos indígenas é fundamental, não apenas porque, tradicionalmente, os indígenas são considerados "guardiões da floresta", mas por estarem em situação de extrema vulnerabilidade pelas próprias condições dos contextos em que geralmente estão inseridos.

De acordo com FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação:

28% da superfície terrestre do mundo, incluindo algumas das áreas florestais mais ecologicamente intactas e biodiversas, são gerenciadas principalmente por povos indígenas, famílias, pequenos proprietários e comunidades locais.

[...] florestas são cruciais para reduzir as emissões de gases e manter a biodiversidade. Os alimentos indígenas também são particularmente nutritivos, e seus sistemas alimentares associados são notavelmente resilientes ao clima e bem adaptados ao meio ambiente.

[...] os modos de vida dos povos indígenas e seus meios de subsistência podem ensinar ao mundo muito sobre como preservar os recursos naturais, suprir e cultivar alimentos de maneira sustentável, vivendo em harmonia com a natureza. A agência acredita que mobilizar o conhecimento que se origina desse patrimônio e desses legados históricos é importante para enfrentar os desafios que a agricultura e os alimentos enfrentam hoje e no futuro.

Ademais, a FAO destaca cinco importantes razões para se preservar os povos indígenas e as comunidades tradicionais: *i)* Suas práticas agrícolas tradicionais estão melhor adaptadas a um clima em mudança; *ii)* Conservam e restauram florestas e recursos naturais; *iii)* Seus alimentos e tradições podem ajudar a expandir e diversificar as dietas; *iv)* Eles cultivam culturas indígenas que são mais resistentes às mudanças climáticas, e; *v)* Eles supervisionam uma grande parte da biodiversidade do mundo.

Já Enrique Leff (2000, pag. 227-228) destaca que:

O respeito À diversidade cultural e à identidade étnica de cada povo tem uma série de implicações no manejo sustentável dos recursos naturais. Em todas as sociedades tradicionais, as suas práticas sociais e produtivas estão intimamente relacionadas com suas formações ideológicas (religiões, mitos e rituais), que

estabelecem um sistema cultural de significações sobre a Natureza e de normas sociais sobre o acesso e uso dos recursos naturais.

As sociedades tradicionais desenvolveram sistemas de conhecimentos mediante os quais se decodifica a Natureza e se estabelecem as regras sociais de acesso e apropriação de seus recursos. [...] Por esta razão, a cultura ecológica deve fomentar o resgate dessas práticas tradicionais, como um princípio ético e para a preservação da identidade cultural e como um princípio produtivo no uso racional e sustentável dos recursos.

Estes princípios de ecodesenvolvimento expressam-se cada vez mais como necessidade das próprias comunidades indígenas e camponesas, as quais lutam por conservar e restabelecer seus valores culturais, associados com a reapropriação da Natureza, seus recursos e seu espaço vital.

Dessa maneira, os povos originários e tradicionais possuem um papel fundamental na preservação ambiental, visto que suas práticas agrícolas, baseadas em um profundo conhecimento da natureza, são mais resilientes a condições extremas e ajudam a manter a biodiversidade do planeta. Proteger os povos indígenas é, portanto, uma medida essencial para a defesa do meio ambiente, pois a conservação de seus territórios e a valorização de suas tradições são cruciais para a construção de um futuro mais sustentável e ecológico para todos.

É importante destacar os vários benefícios que esses grupos promovem para a coletividade nacional, abrangendo modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre outros. Seu reconhecimento formal e a promoção dos seus direitos contribuem para a redução da desigualdade e para a promoção da justiça social. Entretanto, apesar dos inúmeros benefícios os Povos e Comunidades Tradicionais que convivem cotidianamente com a violência, com a violação de direitos e tendo de vencer muitos obstáculos para ter ativados os processos de proteção e promoção da dignidade humana.

2. A INTERSECÇÃO VIOLÊNCIA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS:

McSweeney e Pearson em 2013, no trabalho “Prying native people from native lands: narco business in Honduras”, publicado no NACLA Report on the Americas, vol. 46, No. 4, estabelecem uma ligação quantitativa entre tráfico de drogas e desmatamento em Honduras. Segundo o estudo, a perda florestal no leste de Honduras durante o período de 2004 a 2012 está ligada ao número de desembarques aéreos e marítimos registrados de carregamentos de cocaína da América do Sul para Honduras, e três mecanismos interligados podem explicar essa relação: desmatamento direto de pistas de pouso e estradas ilegais; desmatamento indireto por grilagem

de terras levando a uma maior pressão de agricultores deslocados; e privatização de terras públicas para criar "narcopropriedades" e lavar ativos do tráfico. Importante destacar que McSweeney e Pearson (2013) observaram que, especificamente quanto à variante “privatização de terras públicas para criar narcopropriedades”, esta frequentemente atinge terras indígenas e seus povos.

O Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes de 2016, identificou que agricultores podem invadir a floresta para cultivar ilicitamente culturas como coca, papoula de ópio ou cannabis em áreas remotas por dois motivos: as más condições socioeconômicas dos agricultores na fronteira agrícola podem levá-los a procurar culturas comerciais; e a natureza ilícita desta atividade e a necessidade de mantê-la clandestina podem estimular uma mudança para áreas relativamente remotas.

O relatório identifica também que agricultores envolvidos com o cultivo ilícito penetram mais profundamente nas florestas para ocultar sua atividade, o que poderia gradualmente atrair maior expansão, agricultura lícita, formação de pastagens e outras formas de desenvolvimento e invasão. Além disso, os lucros obtidos podem gerar a necessidade de lavagem de dinheiro por meio de atividades como pecuária, pastagem e exploração madeireira, que por sua vez contribuem para o desmatamento. Por fim, o estudo identifica que a maneira mais simples pela qual o tráfico facilita a invasão é o desmatamento de faixas de floresta para permitir a decolagem e o pouso de aeronaves leves. No entanto, o fenômeno pode se estender além disso e desencadear apropriações violentas de terras e gerar conflitos agrários.

Para evidenciar que a violência contra esses povos não se limita ao passado, mas permanece presente e é crescente nos dias atuais, podem ser destacados os dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que apontam para o aumento contínuo dessas violações a cada ano.

A edição de 2023 do Relatório Mundial sobre Drogas observou que a expansão e diversificação das organizações envolvidas no tráfico de drogas, mineração ilegal, grilagem de terras, extração de madeira e tráfico de fauna têm gerado impactos ambientais diretos e indiretos ao meio ambiente. Relatos de autoridades policiais, cientistas sociais e lideranças comunitárias identificam situações em que facções criminosas comprem terras ilegalmente para facilitar operações de extração de madeira. Adicionalmente, cresce a preocupação com o uso da cadeia produtiva da madeira para camuflar o tráfico de drogas. Entre 2017 e 2021, foram registradas 16 grandes apreensões de cocaína no Brasil escondidas em carregamentos de madeira destinados principalmente a mercados da Europa.

Enquanto efeito indireto, o Relatório Mundial sobre Drogas do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes de 2023 observou ainda que o tráfico de drogas provoca deslocamento da população devido a impactos ambientais; riscos de violência e maior exposição a violações dos direitos humanos; ameaças internacionais e nacionais à paz e segurança devido a disputas domésticas e transfronteiriças entre grupos; aumento do risco de mortalidade e morbidade relacionadas às drogas; e impactos negativos na educação e nos meios de subsistência das comunidades urbanas e remotas.

Levantamento feito pela ONG Global Witness aponta que, em 2023, o Brasil ficou em segundo lugar no ranking de maior número de assassinatos de protetores ambientais no mundo. No total, entre todos os defensores mortos globalmente, 43% eram indígenas, 12% mulheres e 6% afrodescendentes.

Conforme levantado pelo Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (2025), no ano de anterior foram registrados:

230 danos ao patrimônio indígena e 154 violências decorrentes de conflitos territoriais. Os casos de “Violência contra a Pessoa” totalizaram 424 registros em 2024. As nove categorias nas quais é dividida esta seção registraram os seguintes dados: abuso de poder (19 casos); ameaça de morte (20); ameaças várias (35); assassinatos (211); homicídio culposos (20); lesões corporais (29); racismo e discriminação étnico-cultural (39); tentativa de assassinato (31); e violência sexual (20). Do total de vítimas de homicídio, 159 eram do gênero masculino e 52, feminino. Os estados que registraram maior número de mortes indígenas por assassinato foram Roraima (57), Amazonas (45) e Mato Grosso do Sul (33). A maioria dos assassinatos (71 vítimas, ou 33,6% do total) vitimou indígenas de 20 a 29 anos de idade.

Além dos números trágicos, o estudo alerta-nos que “O êxodo rural constituiu-se numa espécie de imperativo para esvaziar os campos e as florestas, disponibilizando ao capital todos os recursos da terra, do ar e das águas”.

Especificamente quanto aos efeitos do tráfico de drogas na vida das povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública constatou que

Para além das condicionantes geográficas e operacionais, observa-se a exploração de elementos sociais por parte das organizações criminosas. A população local, seja indígena ou não, detém um conhecimento aprofundado dos atalhos fluviais e terrestres, rotas que, frequentemente, não são dominadas pelas forças policiais, mesmo as mais experientes. Consequentemente, esses moradores são cooptados

ou submetidos à pressão dos grupos criminosos, tornando-se peças-chave na logística do narcotráfico. Áreas remotas, especialmente reservas indígenas e comunidades tradicionais têm sido utilizadas por facções como pontos estratégicos para a guarda temporária de entorpecentes. Há muitos relatos de filhos e parentes de lideranças sendo obrigados a transportar essas substâncias para outros pontos ao longo da rota.

De acordo com a pesquisa “Tráfico de drogas na Amazônia e efeitos no meio ambiente - uma análise exploratória: relatório final” publicado pelo CEDESC – Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (2025) “em função da convergência de atividades criminais que ocorre na região amazônica, a floresta e sua biodiversidade também ficam ameaçadas”.

A continuidade e o agravamento das violações, como mostram os dados crescentes de assassinatos, invasões e ameaças, revelam não apenas o desrespeito aos modos de vida desses povos, mas também a urgência de ações concretas.

Diante desse cenário, fica claro a profunda relação entre as políticas governamentais e a violência no campo: quando os direitos territoriais são fragilizados por legislações como o marco temporal, a violência contra os povos indígenas e tradicionais tende a escalar, ameaçando a vida, a cultura e a existência dessas comunidades.

2.1) A tese Marco Temporal e o seu papel no fomento à violência contra os indígenas:

A tese do marco temporal para a demarcação das terras indígenas foi desenvolvida inicialmente pelo STF – Supremo Tribunal Federal, em 2013, no caso Raposa Serra do Sol em Roraima. No julgamento da Pet 3.388, o plenário do Supremo Tribunal Federal estabeleceu como marco temporal de ocupação da terra, para efeito de reconhecimento como terra indígena, a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, além de outras 18 denominadas “salvaguardas institucionais” para o caso. Assim, as terras desocupadas ou ocupadas por não indígenas nessa data não podem ser reconhecidas como terra indígena.

Identificando uma oportunidade de restrição nos direitos dos povos indígenas, ruralistas e políticos contrários ao reconhecimento de tais direitos passaram a defender a aplicabilidade de tal critério a outros casos. Preocupados com os efeitos nocivos da aplicação da tese em outros casos, entidades de defesa dos indígenas e o Ministério Público Federal provocaram o STF questionando a dimensão dos efeitos da decisão no caso Raposa Serra do Sol. Analisando os recursos em 2013, a Corte esclareceu que a decisão se aplicava apenas da terra em questão e não a outros casos.

Apesar do esclarecimento do Tribunal, o mal já estava causado e, por meio do **PARECER N. 001/2017/GAB/CGU/AGU** a Advocacia Geral da União, no ano de 2017, recomendou que a Administração Pública Federal deveria observar, respeitar e dar efetivo cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da PET n. 3.388/RR, fixou as “salvaguardas institucionais às terras indígenas”, determinando a sua aplicação a todos os processos de demarcação de terras indígenas.

Em novo um capítulo à história de insegurança jurídica dos povos indígenas causada pela tese do marco temporal, o STF, ao julgar o Recurso Especial nº 1.017.365 no dia 21 de setembro, Por 9 votos a 2, o Plenário decidiu que a data da promulgação da Constituição Federal (5/10/1988) não pode ser utilizada para definir a ocupação tradicional da terra por essas comunidades, caso discute uma reintegração de posse da Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina.

A decisão, para qual foi atribuída repercussão geral e servirá de parâmetro jurisprudencial para solução de outros casos, foi assim ementada:

RE 1017365

Órgão julgador: Tribunal Pleno

Relator(a): Min. EDSON FACHIN

Julgamento: 27/09/2023

Publicação: 15/02/2024

1. A Constituição de **1988** rompe com um paradigma assimilacionista, que pretendia a progressiva integração do indígena à sociedade nacional, a fim de que deixasse paulatinamente sua condição, para um paradigma de reconhecimento e incentivo ao pluralismo sociocultural e ao direito de existir como indígena.

[...] 3. É possível que esta Corte promova o aperfeiçoamento do julgado na Pet 3.388, uma vez que o próprio Tribunal admitiu que as condicionantes ali fixadas não foram conformadas como representativas de precedente, a vincular de modo obrigatório as instâncias jurisdicionais inferiores, bem como espraia seus efeitos de forma automática à Administração Pública na análise dos processos demarcatórios.

[...] 5. O texto constitucional reconhece a existência dos direitos territoriais originários dos indígenas, que lhe preexistem, logo, o procedimento administrativo demarcatório não constitui a terra indígena, mas apenas declara que a área é de ocupação pelo modo de viver da comunidade.

7. A tradicionalidade da ocupação indígena abrange as áreas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, nos termos do §1º do artigo 231, sempre segundo os usos, costumes e tradição da comunidade.

[...] 9. A proteção constitucional aos “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” independe da existência de um *marco temporal em 05 de outubro de 1988* e da configuração do renitente esbulho como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição.

Tendo em vista a repercussão geral do caso, nele foi fixada seguinte tese:

Tema 1031 - Definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional.

Relator (a): MIN. EDSON FACHIN

Leading Case: RE 1017365

Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 5º, incisos XXXV, LIV e LV; e 231 da Constituição Federal, o cabimento da reintegração de posse requerida pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) de área administrativamente declarada como de tradicional ocupação indígena, localizada em parte da Reserva Biológica do Sassafrás, em Santa Catarina.

Tese:

I - A demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena;
II - A posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos indígenas, nas utilizadas para suas atividades produtivas, nas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e nas necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, nos termos do § 1º do artigo 231 do texto constitucional;

III - A proteção constitucional aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 ou da configuração do renitente esbulho, como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição;

[...]

X - As terras de ocupação tradicional indígena são de posse permanente da comunidade, cabendo aos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos nelas existentes;

XI - As terras de ocupação tradicional indígena, na qualidade de terras públicas, são inalienáveis, indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis;

XII – A ocupação tradicional das terras indígenas é compatível com a tutela constitucional do meio ambiente, sendo assegurado o exercício das atividades tradicionais dos povos indígenas;

XIII – Os povos indígenas possuem capacidade civil e postulatória, sendo partes legítimas nos processos em que discutidos seus interesses, sem prejuízo, nos termos da lei, da legitimidade concorrente da FUNAI e da intervenção do Ministério Público como fiscal da lei.

Dando seguimento à tentativa de institucionalização definitiva da tese do marco temporal, a Câmara dos Deputados inicia a tramitação do Projeto de Lei 490 para tornar a lei a regra segundo a qual só podem ser reconhecidas como terras indígenas aquelas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988. Após aprovação no Senado, o texto foi enviado para sanção da Presidência da República. Sancionando parcialmente o texto, foi publicada pela Presidência da República a Lei 14.701 de 20 de outubro de 2023 a fim de regulamentar o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas. No entanto, o art. 4º que dispunha sobre a tese do marco temporal foi vetado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Inconformado, o Congresso Nacional derruba o veto em 27 de dezembro de 2023 e texto da lei volta a reconhecer o marco temporal nos seguintes termos:

Art. 3º São terras indígenas:

I - as áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal;

II - as áreas reservadas, consideradas as destinadas pela União por outras formas que não a prevista no inciso I deste **caput**;

III - as áreas adquiridas, consideradas as havidas pelas comunidades indígenas pelos meios admissíveis pela legislação, tais como a compra e venda e a doação.

Art. 4º São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros aquelas que, na data da promulgação da Constituição Federal, eram, simultaneamente:

I - habitadas por eles em caráter permanente;

II - utilizadas para suas atividades produtivas;

III - imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar;

IV - necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Em relação à compatibilidade da Lei 14.701/2023 com a Constituição Federal, várias ações foram propostas junto Supremo Tribunal Federal. A Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ADI 7582, por exemplo, foi proposta pela APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e o Partido Rede Sustentabilidade buscando expurgar do ordenamento jurídico brasileiro a tese do marco temporal. Já a Ação Declaratória de Constitucionalidade ADC 87 proposta pelos Partidos Liberal e Republicanos pretendem o reconhecimento pelo STF da tese do marco temporal para limitar a demarcação das terras indígenas no Brasil.

2.2.1) O marco temporal como estímulo à violência e morte de indígenas: o que nos dizem os relatórios do CIMI:

O CIMI – Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) criado em 1972 que, desde de então, busca favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo grandes assembleias indígenas em busca da garantia dos direitos dos povos indígenas. Em sua prática junto aos povos indígenas, o CIMI se coloca a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza.

Com o intuito de acompanhar as violações de direitos dos povos indígenas e a violência contra eles, desde 2013, o CIMI publica anualmente o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil com os dados consolidados de janeiro a dezembro do ano anterior. Assim, tendo em vista o objetivo definido para o presente artigo e a institucionalização da tese do Marco Temporal pelo STF em 2013, serão considerados os dados de assassinatos de indígenas divulgados no relatório CIMI de 2013 até 2025 com os dados completos referentes a 2024. De acordo o relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – Dados de 2024, foram registrados no ano **211 assassinatos de indígenas no Brasil**. Em 2023, os dados obtidos pelo CIMI registraram a ocorrência de pelo menos **208 assassinatos de indígenas no Brasil**. Em 2022, foram registrados **180 assassinatos de indígenas no Brasil**. Em 2021 foram **176 homicídios indígenas registrados**.

O ano de 2020, por sua vez, registrou a ocorrência de **182 assassinatos de indígenas**. Os registros oficiais mostram um aumento no número de assassinatos, em relação a 2019, de 61,06%. Já em 2019 verificou-se a ocorrência de **113 assassinatos de indígenas**. Em relação ano de 2018, o CIMI registrou **50 vítimas de assassinato indígena**. Quanto a 2017, o CIMI registrou **68 vítimas de assassinato** de pessoa indígena. Em 2016, os dados coletados pelo CIMI indicam a ocorrência de **56 assassinatos**. Por fim, o Conselho Indigenista Missionário registrou em 2015 a ocorrência de **52 casos de assassinatos** e, em 2014, observou-se a ocorrência de **70 vítimas**.

Colocados em um simples gráfico indicando a progressão dos casos de assassinatos de indígenas brasileiros registrados pelo CIMI de 2014 a 2024, os dados ficam assim estruturados:

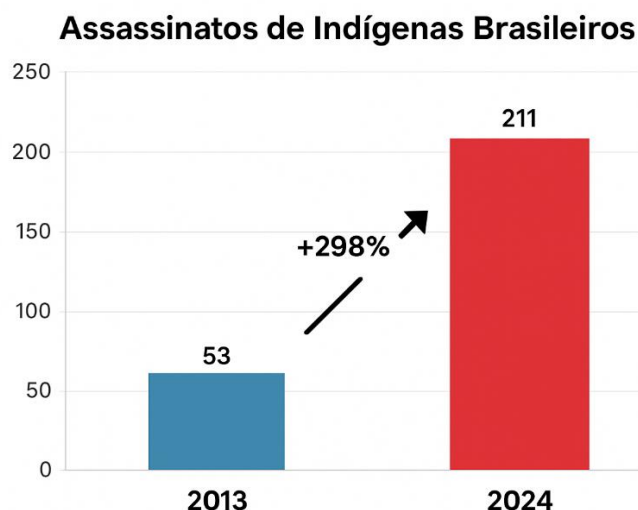


Tendo como referência os anos de 2013, quando o marco temporal foi institucionalizado pelo STF, e 2014, ano imediatamente após, observa-se um salto de 53 homicídios para 70, o que representa um aumento de aproximadamente 40%.

Outro salto considerável se observa entre os anos de 2016 e 2017, fim do governo Dilma e início do governo Temer, e também ano do **PARECER N. 001/2017/GAB/CGU/AGU** a Advocacia Geral da União recomendou que a Administração Pública Federal aplicasse a decisão do STF em todos os seus órgãos. Observa-se também um aumento exponencial no número de mortes de indígenas entre os anos de 2018 e 2019, ano de mais uma mudança de governo e período em que tem o início o governo Bolsonaro.

No ano de 2023, o relatório do CIMI sobre a violência aponta que o ano, marcado pela tramitação e aprovação da lei do Marco Temporal, teve um aumento de 15,5% nos assassinatos de indígenas em relação a 2022.

Tendo como referência o ano de 2013, ano da elaboração da tese do marco temporal, em que o relatório registra 53 vítimas de assassinato no Brasil, e 2024, onde foram registrados 211 assassinatos de indígenas brasileiros, observa-se que o número de homicídios de indígenas quadruplicou nos 10 anos de discussão sobre a tese do marco temporal.



Entre tantos avanços constitucionais para a preservação e proteção dos povos tradicionais, a lei 14.701/2023 se torna um dos temas mais importantes e polêmicos para o futuro dos povos indígenas no Brasil. A aprovação dessa lei não significa apenas uma mudança no arcabouço legal, mas está diretamente atrelada ao aumento da violência e dos conflitos em terras indígenas e comunidades tradicionais. A lei, ao estabelecer que a demarcação de terras se restringe àquelas ocupadas em 5 de outubro de 1988, gera uma profunda insegurança jurídica que tem consequências diretas e trágicas no cotidiano dessas populações.

Ao ignorar as ocupações ancestrais, a lei, legitima, ou ao menos oferece uma justificativa legal, para que invasores (como garimpeiros, grileiros e madeireiros) se apodemem de terras que, por direito, pertencem às comunidades. Com a falta de demarcação e fiscalização, os territórios ficam vulneráveis, expondo as comunidades a todo tipo de violência e a um ciclo de insegurança que compromete não apenas seu bem-estar físico, mas também sua subsistência e a preservação de sua cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise da violência contra os povos indígenas sob a perspectiva de seu vínculo com a questão da terra revela um cenário complexo e urgente no Brasil. A pesquisa demonstrou que a violência não é um fenômeno isolado, mas uma manifestação estrutural de um conflito histórico enraizado na formação do país, cujas raízes remontam ao genocídio e à espoliação colonial. A tese inicial se confirma: a persistência e o agravamento da violência estão intrinsecamente ligados à omissão do Estado na demarcação de terras e à priorização de um modelo econômico que ignora os direitos desses grupos.

O estudo evidenciou que, apesar de um arcabouço legal que, em tese, garante direitos territoriais e culturais - com destaque para a Constituição de 1988, o Decreto nº 6.040/2007 e a Convenção 169 da OIT -, a efetivação dessas garantias é sabotada por pressões políticas e legislativas. A Lei 14.701/2023, que legitima a tese do Marco Temporal, surge como o ápice desse processo de retrocesso, criando uma insegurança jurídica que não apenas inviabiliza futuras demarcações, mas também fomenta a violência, como demonstram os crescentes e alarmantes dados de assassinatos e invasões.

Lideranças indígenas e entidades de direitos humanos argumentam que a lei, ao restringir o direito à demarcação apenas às terras ocupadas até 1988, legitima a violência histórica e a retirada de povos de seus territórios. Essa percepção de "aval" do Estado para a apropriação de terras gerou um aumento nos conflitos e na violência contra as comunidades, inclusive homicídios.

Diante desse cenário, a luta pela terra se revela indissociável da luta pela vida, pela memória, pela justiça social e pela sustentabilidade. As comunidades indígenas resistem não apenas para garantir a posse de seu território físico, mas para preservar sua identidade, suas tradições e seu papel fundamental na conservação ambiental. A pesquisa reforça a necessidade de que o tema seja colocado em pauta na sociedade, para além do ambiente acadêmico, a fim de sensibilizar a opinião pública sobre a urgência de políticas públicas eficazes. A proteção dos direitos territoriais e a defesa dos povos e comunidades tradicionais não são apenas uma questão de dignidade humana, mas uma estratégia crucial para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todo o país.

Esse contexto exige uma atuação multifacetada e coordenada da sociedade civil, do poder judiciário e dos órgãos de governo. É imperativo que se fortaleçam as políticas de fiscalização e de combate aos crimes ambientais e fundiários, que se agilizem os processos de demarcação de terras e que se garanta a segurança jurídica e física das comunidades. A educação, a sensibilização da sociedade e o apoio a iniciativas de autogestão e de economia solidária dessas comunidades são passos essenciais para desconstruir o histórico de marginalização e violência. A superação do conflito agrário e a promoção de uma coexistência respeitosa e harmoniosa entre os diferentes modos de vida são, portanto, um desafio fundamental para a democracia brasileira, reafirmando que a luta pela terra é a base para a construção de um país mais inclusivo e soberano.

REFERÊNCIAS:

A violência contra as pessoas defensoras da terra e do meio ambiente. Disponível em: <<https://globalwitness.org/pt/campaigns/land-and-environmental-defenders/vozes-silenciadas/>>. Acesso em: 17 ago. 2025.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas. Página inicial. Disponível em: <<https://apiboficial.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.701/2023, de 20 de outubro de 2023. Dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114701.htm>. Acesso em 14 ago. 2025

CDESC – Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário. Tráfico de drogas na Amazônia e efeitos no meio ambiente - uma análise exploratória: relatório final/elaboração Claudio Dantas Monteiro ... [et al.]; coordenação Bárbara Diniz Caldeira – Brasília: Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc), 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024 / Conselho Indigenista Missionário. 22.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2025. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2023 / Conselho Indigenista Missionário. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022 / Conselho Indigenista Missionário. 20.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2023. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021 / Conselho Indigenista Missionário. 19.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2020 / Conselho Indigenista Missionário. 18.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2021. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2019** / Conselho Indigenista Missionário. 17.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018** / Conselho Indigenista Missionário. 16.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2017** / Conselho Indigenista Missionário. 15.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2018. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2016** / Conselho Indigenista Missionário. 14.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2017. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015** / Conselho Indigenista Missionário. 13.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2016. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014** / Conselho Indigenista Missionário. 12.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2015. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2013** / Conselho Indigenista Missionário. 11.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2014. Disponível em: <<https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-antiores/>>. Acesso em 18 ago. 2025.

EBC. **Conflito pela terra é causa de um terço das mortes de quilombolas**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-09/conflito-pela-terra-e-causa-de-um-terco-das-mortes-de-quilombolas>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2025.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

Marco Temporal. Disponível em: <<https://apiboficial.org/marco-temporal/>>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MCSWEENEY, Kendra; PEARSON, Zoe. **“Prying native people from native lands: narco business in Honduras”**, NACLA Report on the Americas, vol. 46, No. 4 (2013).

ONU- Nações Unidas. **5 maneiras que os povos indígenas estão ajudando o mundo a alcançar a #FomeZero**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683741>>. Acesso em: 17 ago. 2025.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2016** (United Nations publication, Sales No. E.16.XI.7).